

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

**LEI Nº 741**

**INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Angelina, Mauro Jonck, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º: Fica instituído o Conselho Municipal de Educação (CME) de Angelina.

Art. 2º: O CME terá, além das atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE):

I - zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à educação e ao ensino;

II - propor diretrizes educacionais;

III - assessorar o Governo Municipal na formulação de políticas e planos educacionais;

IV - propor escala de prioridades na elaboração da proposta orçamentária da Secretaria Municipal de Educação;

V - emitir parecer sobre questões de natureza educacional no âmbito da rede municipal de ensino e para as demais redes, com base nas competências que lhe foram delegadas pelo CEE.

Art. 3º: O Conselho Municipal de Educação compõe-se de:

I - um representante de cada entidade educacional, devidamente legalizada e em efetivo funcionamento, com sede no Município;

II - Até 04 (quatro) representantes das comunidades escolares de cada rede de ensino de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, sediada no Município, de modo a garantir a representação dos seguintes segmentos:

a) especialistas do ensino;

b) docentes;

c) servidores não docentes da escola

d) discentes, se maiores de idade, ou seus responsáveis, se menores.

\_ 1º: Os Conselheiros serão nomeados pelo Prefeito, a partir da indicação das entidades e categorias.

\_ 2º: Cada titular terá um suplente, nomeado da mesma forma que aquele;

\_ 3º: Todos os Conselheiros terão domicílio em Angelina.

\_ 4º: O Mandato dos Conselheiros será de 03 (três) anos.

\_ 5º: Na instalação do Conselho, os Conselheiros terão mandato de 2 (dois) anos .

Art. 4º: O Conselho terá dotação orçamentária consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º: A estrutura e o funcionamento do Conselho serão estabelecidos em Regimento próprio, aprovado por no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros e homologado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Angelina, 24 de março de 1997.

**Mauro Jonck**  
**PREFEITO MUNICIPAL**